



Energest S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energest S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energest S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Energest S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.



Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

ENERGEST S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	34.393	19.065
Concessionárias	4	37.006	25.507
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	15.337	4.707
Outros tributos compensáveis	5	4.069	4.135
Estoques	6	5.611	5.898
Prêmio de risco - GSF	10	541	541
Adiantamentos a fornecedores	11	10.611	12.664
Outros créditos	12	335	1.773
Total do Ativo Circulante		107.903	74.290
Não circulante			
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	3.203	
Tributos diferidos	7	8.179	8.606
Cauções e depósitos vinculados	9	4.121	5.320
Prêmio de risco - GSF	10	1.712	2.253
Adiantamentos a fornecedores	11	8.459	17.757
Outros créditos	12	63	32
		25.737	33.968
Imobilizado	13	199.738	205.588
Intangível	14	3.955	881
		203.693	206.469
Total do Ativo Não circulante		229.430	240.437
TOTAL DO ATIVO		337.333	314.727
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	15	18.979	8.031
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	5	3.575	9.293
Outros tributos a recolher	5	5.739	3.698
Dividendos	16	20.819	7.788
Debêntures	17		22.047
Benefícios pós-emprego	18	465	562
Encargos setoriais	19	2.543	3.661
Provisões	20	143	
Adiantamentos de clientes	11	10.613	12.664
Outras contas a pagar	12	4.086	3.541
Total do Passivo Circulante		66.962	71.285
Não circulante			
Tributos diferidos	7	42	46
Debêntures	17		10.786
Benefícios pós-emprego	18	13.939	13.214
Encargos setoriais	19		460
Provisões	20	5.910	7.964
Adiantamentos de clientes	11	8.459	17.757
Outras contas a pagar	12	1.893	870
Total do Passivo Não circulante		30.243	51.097
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	21.1	48.205	48.205
Reservas de lucros	21.3	197.143	147.648
Outros resultados abrangentes	21.4	(5.220)	(3.508)
Total do Patrimônio líquido		240.128	192.345
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		337.333	314.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGEST S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2019	2018
Receitas	22	467.052	277.197
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	23		
Custo do serviço de energia elétrica		(316.701)	(90.600)
Custo de operação		(23.772)	(21.237)
		<u>(340.473)</u>	<u>(111.837)</u>
Lucro bruto		<u>126.579</u>	<u>165.360</u>
Despesas e Receitas operacionais	23		
Despesas gerais e administrativas		(9.912)	(10.788)
Outras despesas e receitas operacionais		(436)	(2.824)
		<u>(10.348)</u>	<u>(13.612)</u>
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		<u>116.231</u>	<u>151.748</u>
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		5.383	3.997
Despesas financeiras		(3.581)	(8.757)
		<u>1.802</u>	<u>(4.760)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>118.033</u>	<u>146.988</u>
Tributos sobre o lucro	25		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5.537)	(20.536)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.310)	1.011
		<u>(6.847)</u>	<u>(19.525)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>111.186</u>	<u>127.463</u>
Resultado por ação atribuível aos acionistas	26		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações) ON		2,30652	2,81077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGEST S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	111.186	127.463
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego	(2.595)	3.198
Imposto de renda e contribuição social diferidos	883	(1.087)
	<u>(1.712)</u>	<u>2.111</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>109.474</u>	<u>129.574</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGEST S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		118.033	146.988
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Tributos diferidos		(4)	46
Depreciações e amortizações		9.221	7.958
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		188	162
Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos		2	(7)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre debêntures		1.327	5.237
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		327	
Provisão para plano de benefícios pós-emprego		1.494	(1.677)
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		757	2.501
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		6	
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		1.484	1.215
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(37)	(987)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(2.995)	(365)
Amortização do prêmio de risco - GSF		541	541
		<u>130.344</u>	<u>161.612</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(11.499)	(3.959)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(4.611)	(3)
Outros tributos compensáveis		(32.838)	(9.806)
Estoques		287	(420)
Cauções e depósitos vinculados		1.236	(812)
Adiantamentos a fornecedores		(19.070)	(30.421)
Outros ativos operacionais		31.826	2.976
		<u>(34.669)</u>	<u>(42.445)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		10.948	1.226
Outros tributos a recolher		38.327	11.388
Benefícios pós-emprego		(3.461)	3.083
Encargos setoriais		(3.062)	(795)
Provisões		(2.674)	(109)
Adiantamentos de clientes		19.072	30.421
Outros passivos operacionais		(29.417)	472
		<u>29.733</u>	<u>45.686</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais			
		<u>125.408</u>	<u>164.853</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(22.403)	(18.053)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
		<u>103.005</u>	<u>146.800</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(5.376)	(1.971)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimento			
		<u>(5.376)</u>	<u>(1.971)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(47.073)	(82.352)
Amortização do principal de debêntures		(32.400)	(57.600)
Pagamentos de encargos de dívidas		(1.760)	(6.067)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(1.068)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			
	28.1	<u>(82.301)</u>	<u>(146.019)</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>15.328</u>	<u>(1.190)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		34.393	19.065
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		19.065	20.255
		<u>15.328</u>	<u>(1.190)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENERGEST S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	2019	2018
Geração do valor adicionado	<u>531.961</u>	<u>318.013</u>
Receita operacional	526.840	316.035
Receita relativa à construção de ativos próprios	5.112	1.971
Outras receitas	9	7
(-) Insumos adquiridos de terceiros	<u>(366.650)</u>	<u>(114.145)</u>
Custos da energia comprada	(342.884)	(93.703)
Encargos de uso da rede elétrica	(6.081)	(6.121)
Materiais	(1.449)	(1.333)
Matéria-prima e insumos para produção energia elétrica		
Serviços de terceiros	(11.809)	(7.662)
Custo com construção da infraestrutura		
Outros custos operacionais	(4.427)	(5.326)
Valor adicionado bruto	<u>165.311</u>	<u>203.868</u>
Retenções		
Depreciações e amortizações	(9.303)	(8.011)
Valor adicionado líquido produzido	<u>156.008</u>	<u>195.857</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.724	4.249
Valor adicionado total a distribuir	<u>161.732</u>	<u>200.106</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	11.120	9.727
Benefícios	(288)	1.833
FGTS	946	747
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	35.332	50.000
Estaduais	(342)	39
Municipais	20	53
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	3.581	8.757
Aluguéis	177	1.487
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	10.579	9.162
Dividendos	11.827	50.000
	<u>72.952</u>	<u>131.805</u>
Lucros retidos	<u>88.780</u>	<u>68.301</u>
	<u>161.732</u>	<u>200.106</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Energest S.A. (Companhia ou Energest), sociedade anônima de capital fechado, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), constituída em 7 de agosto de 2000, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como objeto social: as atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; gerir ativos de geração de energia, produzir e consolidar toda a informação de controle de gestão relevante; implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; participar em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista, bem como em negócios e empreendimentos do setor energético; e prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia.

1.1 Concessão

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a seguinte concessão de geração de energia elétrica em operação:

Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Concessão	
				(MWm)	(MWm)	Início	Término
UHE Mascarenhas	Serviço Público	Concessão	ES/MG	198,00	134,80	14/07/1995	16/07/2025

(*) Não auditado pelos auditores independentes

O contrato de concessão tem duração de 30 anos, podendo ser prorrogado pelo exercício de até 20 anos, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, e mediante requerimento da concessionária.

Da energia assegurada de 134,8 MWm, a Companhia possui comercializado 98,74 MWm nos seguintes ambientes: (i) 23,00 MWm no Ambiente de Contratação Regulada – ACR mediante os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs, negociados principalmente com terceiros; e (ii) 75,74 MWm no Ambiente de Contratação Livre – ACL por meio de contratos de curto e longo prazo, negociados com terceiros e com partes relacionadas (Notas 4 e 8).

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

1.1.1 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (Nota 19.1).

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 27.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial, conforme nota 18.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 4); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 13 e 14); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 27.1.2.1); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 20.1) e Plano de Benefícios pós-emprego (Nota 18).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

Número/ Descrição	Correlação IASB	Natureza	Data Publicação (Brasil)	Obrigatori-idade de adoção	Impactos Contábeis	Método de Adoção
CPC 06 (R2) – Arrendamentos (Nota 2.7.1)	IFRS 16	Pronunciamento	21/12/2017	01/01/2019	Sim	Retrospectiva com efeito cumulativo
CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	IAS 29	Pronunciamento	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42	IFRIC 7	Interpretação	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (Nota 2.7.2)	IFRIC 23	Interpretação	21/12/2018	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios
Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18 (Nota 2.7.3)	Revisão Diversos CPCs		01/11/2018	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Conceptual Framework) (Nota 2.7.4)	Conceptual Framework	Estrutura Conceitual	10/12/2019	01/01/2020	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios

(*) obrigatória somente quando do enquadramento da moeda funcional utilizada pela entidade no alcance de economia hiperinflacionária apresentada pelo pronunciamento CPC 42.

2.7.1 CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor (Nota 23.4). Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), utilizando o expediente prático C8 (b) (ii), a partir de 1º de janeiro de 2019 retrospectivamente, com efeito cumulativo, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

Após as devidas análises, a Companhia realizou o registro dos seguintes montantes em 1º de janeiro de 2019:

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Ajustes adoção inicial	Saldo em 1º de janeiro de 2019
Ativo				
Imobilizado	13	205.588	3.067	208.655
Passivo				
Outras contas a pagar (Circulante)	12	3.541	702	4.243
Outras contas a pagar (Não circulante)	12	870	44	914

Os efeitos desta adoção estão reconhecidos nas notas de Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo (Nota 12), Imobilizado (Nota 13), Gastos Operacionais (Nota 23) e Resultado Financeiro (Nota 24).

2.7.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; e (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Administração da Companhia concluiu que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Administração da Companhia entende que esta interpretação não gerou efeitos relevantes nestas demonstrações financeiras.

2.7.3 Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/18

O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Alterações em diversos CPC's em função da edição do CPC 06 (R2); (ii) Alterações em participações de longo prazo em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto; (iii) Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação de planos de benefícios a empregados; e (iv) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 – 2017. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações destes normativos.

2.7.4 CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Em março de 2018, diante das muitas alterações passadas feitas em diversas normas e interpretações, o IASB revisou a "Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro" (Conceptual Framework), conhecida no Brasil como Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC n.º 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país.

Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contido nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica à determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos, (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade, (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela, e (iv) revisão das definições de ativo e passivo.

Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação e efetividade são imediatas para aqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS Interpretations Committee), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	1.021	986
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	33.372	18.079
	<u>33.372</u>	<u>18.079</u>
Total	<u>34.393</u>	<u>19.065</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas à taxa de 97,5% a 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

4 Concessionárias

	Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	22.427	24.335
Energia de curto prazo	14.579	1.172
	<u>37.006</u>	<u>25.507</u>
	<u>37.006</u>	<u>25.507</u>

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.4.

4.1 Energia de curto prazo

O aumento na energia de curto prazo é decorrente substancialmente do aumento do volume da energia vendida ao final do exercício de 2019 com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE em relação à 2018, ainda que com uma redução do PLD médio quando comparado ao exercício anterior.

5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização monetária	Adiantamen- tos / Pagamentos	Compensa- ção de tributos	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2019
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar		4.707	4.611	3.006	16.423	(5.277)	(4.930)	18.540
Total Circulante		<u>4.707</u>	<u>4.611</u>	<u>3.006</u>	<u>16.423</u>	<u>(5.277)</u>	<u>(4.930)</u>	<u>18.540</u>
Outros tributos compensáveis								
PIS e COFINS		106	32.628				(32.627)	107
IRRF sobre aplicações financeiras		991	278				(275)	994
IR/CS retidos sobre faturamento		164						164
Outros	5.1	<u>2.874</u>					<u>(70)</u>	<u>2.804</u>
Total Circulante		<u>4.135</u>	<u>32.906</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(32.972)</u>	<u>4.069</u>
Passivos a recolher								
Imposto de renda e contribuição social a recolher		9.293	5.537		(5.980)		(5.275)	3.575
Total Circulante		<u>9.293</u>	<u>5.537</u>	<u>-</u>	<u>(5.980)</u>	<u>-</u>	<u>(5.275)</u>	<u>3.575</u>
Outros tributos a recolher								
PIS e COFINS		1.568	49.045		(10.304)	(3.902)	(32.627)	3.780
IRRF sobre juros s/ capital próprio	5.2	1.375	1.587			(1.375)		1.587
Encargos com pessoal		675	51		(402)			324
Outros		<u>80</u>	<u>321</u>	<u>11</u>	<u>(364)</u>			<u>48</u>
Total Circulante		<u>3.698</u>	<u>51.004</u>	<u>11</u>	<u>(11.070)</u>	<u>(5.277)</u>	<u>(32.627)</u>	<u>5.739</u>

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

5.1 Outros Ativos - Compensáveis

Do saldo de R\$2.804 (R\$2.874 em 31 de dezembro de 2018), R\$1.362 (R\$1.465 em 31 de dezembro de 2018) é oriundo da retenção na fonte do faturamento para órgãos públicos, sob alíquota de 5,85%, que se refere a Imposto de renda, Contribuição social, PIS e COFINS.

5.2 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo de R\$1.375, em 31 de dezembro de 2018, é relativo ao JSCP deliberado no exercício de 2018 integralmente liquidado em janeiro de 2019. O saldo de R\$1.587, em 31 de dezembro de 2019, é relativo ao JSCP deliberado no exercício de 2019 que será liquidado em janeiro de 2020.

6 Estoques

A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2019 de R\$5.611 (R\$5.898 em 31 de dezembro de 2018) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 13) pelo montante, em 31 de dezembro de 2019, de R\$1.243 (R\$1.302 em 31 de dezembro de 2018).

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

7 Tributos diferidos

	Nota	Ativo		Passivo	
		Não Circulante		Não Circulante	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PIS e COFINS				42	46
Imposto de renda e contribuição social	7.1	8.179	8.606		
Total		<u>8.179</u>	<u>8.606</u>	<u>42</u>	<u>46</u>

7.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

7.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	31/12/2019	31/12/2018
Diferenças Temporárias								
Provisão para perdas com projetos	2.695	2.695						
Benefício pós-emprego	2.235	2.902			(667)	472		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.959	2.708			(749)	814		
Benefício pós-emprego - outros resultados abrangentes	2.689	1.806					883	(1.091)
Outras	47	16	1.446	1.521	106	(275)		
Total bruto	<u>9.625</u>	<u>10.127</u>	<u>1.446</u>	<u>1.521</u>	<u>(1.310)</u>	<u>1.011</u>	<u>883</u>	<u>(1.091)</u>
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(1.446)	(1.521)	(1.446)	(1.521)	(1.446)	(1.446)	(1.446)	(1.446)
Total	<u>8.179</u>	<u>8.606</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>



7.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados, a qual é aprovada pelo Conselho da Administração. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2020	2021	2022	2023	2024	2025 a 2027	Total Não circulante
2.573	2.581	2.581	940	940	10	9.625

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua Controladora (Nota 16), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo				Receitas (Despesas)			
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais	
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	
Concessionárias (Nota 4)												
Venda de energia elétrica												
EDP São Paulo	239,43	01/01/2008 a 31/12/2037	34	30					290	277		
EDP Comercializadora		01/01/2013 a 31/12/2022	12.143	16.598					318.273	133.519		
EDP Espírito Santo	239,26	01/01/2008 a 31/12/2037	75	76					611	586		
EDP Espírito Santo	159,20	01/01/2016 a 31/12/2018		3						31		
Lajeado Energia	243,64	01/05/2016 a 31/12/2019	1.631	1.631					19.211	19.209		
Lajeado Energia	188,19	01/01/2019 a 31/12/2020	1.121						35.399			
ECE Participações	116,10	01/01/2017 a 31/12/2046		53					594	625		
Cachoeira Caldeirão	134,95	01/01/2017 a 31/12/2046	412	397					4.847	4.672		
Porto do Pecém	271,83	01/01/2018 a 31/12/2018								60.291		
Porto do Pecém	219,57	01/05/2019 a 30/09/2019							42.546			
CEJA	116,10	01/01/2017 a 31/12/2046	55						55			
			15.471	18.788	-	-	-	-	421.826	219.210		
Fornecedores (Nota 15)												
Uso do sistema de distribuição												
EDP Espírito Santo		01/08/2005 a 17/07/2025				501	387		(5.264)	(5.254)		
Suprimento de Energia Elétrica												
EDP Comercializadora		01/01/2013 a 31/12/2022				7.999	2.121		(268.285)	(31.709)		
EDP Comercializadora		01/01/2013 a 31/12/2017								(8.871)		
Porto do Pecém	271,83	01/01/2018 a 31/12/2018										
Porto do Pecém	42,35	01/05/2019 a 31/05/2019							(5.246)			
			-	-	-	8.500	2.508	-	(278.795)	(45.834)		
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)												
Compartilhamento dos serviços de Recursos Humanos (a)												
EDP - Energias do Brasil		01/01/2019 a 31/12/2019			55			1.071	(1.841)	(65)		
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)												
EDP Espírito Santo		29/07/2015 a 29/07/2019						1	1	(10)		
EDP - Energias do Brasil		01/01/2015 a 31/12/2019							104	(547)		
Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 8.3.1)												
EDP - Energias do Brasil		15/06/2016 a 18/06/2022						777	380	(399)		
Cisão												
EDP PCH		01/03/2016 a Indeterminado								(108)		
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)												
EDP - Energias do Brasil		01/01/2018 a 31/12/2019							277	(1.204)		
Compartilhamento da plataforma NEWEB (d)												
EDP Portugal		01/01/2019 a 31/12/2019				594	582					
Contrato de reembolso de prêmio de seguro												
EDP - Energias do Brasil		31/03/2019								28		
			-	-	55	594	582	1.849	762	(3.973)		
			15.471	18.788	55	9.094	3.090	1.849	762	139.058		

(*) A EDP PCH foi alienada em 21 de dezembro de 2018 e consequentemente, a partir desta data, não mais faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

O novo contrato possui vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da holding e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo; EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II, e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2021.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Em 16 de janeiro de 2015 o Grupo EDP - Energias do Brasil solicitou à ANEEL anuência para firmar o "Contrato de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura" nas localidades: (i) Sede em São Paulo – SP, tendo como Contratada a EDP - Energias do Brasil e Contratantes a EDP Espírito Santo, EDP São Paulo e Energest; e (ii) Centro Operativo em Carapina – ES, tendo como Contratada a EDP Espírito Santo e Contratantes a Energest, EnerPrev, Santa Fé, EDP GRID, Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e Investco. Com a alienação da Santa Fé em dezembro de 2018, a partir de 2019 a referida encontra-se excluída do compartilhamento.

Em 28 de julho de 2015, por meio do Despacho nº 2.430, a ANEEL anuiu o pedido e estipulou a vigência de 48 meses a partir da data da publicação do Despacho, entretanto, a Companhia foi autorizada a realizar o compartilhamento somente a partir de agosto de 2015. Em 16 de setembro de 2015, a EDP Espírito Santo solicitou à ANEEL anuência para os Termos de Quitação e Outras Avenças, objetivando aprovar os pagamentos referentes ao período de janeiro a julho, dos Contratos de Cessão de Espaço e Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura, uma vez que foram anuídos sem retroatividade. O pedido foi anuído pela ANEEL em 25 de abril de 2016, por meio do Adicionalmente, em agosto de 2019 foi publicada a anuência da ANEEL, através do Despacho nº 2.636/2019, celebrando contrato de compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP Energias do Brasil e partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, Energest, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG, com vigência de 29 meses, utilizando-se do critério regulatório previsto na Resolução Normativa nº 699/16.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc..

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de *backoffice* foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP Energias do Brasil e suas partes relacionadas: EDP São Paulo, EDP Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

(d) Compartilhamento da plataforma NEWEB: Refere-se à licença de utilização do *software* Neweb, contratado pela EDP Portugal, com o objetivo de alojar os diferentes portais web do Grupo EDP no mundo.

8.1 Controladora direta e final

A controladora direta e final da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A.

8.2 Compromissos contratuais

A Companhia possui um contrato de venda de energia no ACL junto a Lajeado Energia S.A. (controlada da EDP - Energias do Brasil) de 17,0 MWh com início de suprimento em 1º de janeiro de 2020 e término em 31 de dezembro de 2020, com preço original de venda de R\$160,00/MWh.

8.3 Remuneração dos administradores

8.3.1 Opções de ações outorgadas da controladora

Em maio de 2016, julho de 2017, junho de 2018 e julho de 2019, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu, respectivamente, o primeiro, o segundo e o quarto planos de remuneração baseado em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se gestores e diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2019 da mesma o montante de R\$399 (R\$152 em 2018) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga. Os montantes estimados apenas serão considerados como remuneração da diretoria estatutária no quadro abaixo quando da efetiva outorga das ações da controladora.

A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início de cada plano.

8.3.2 Remuneração anual total da Administração

	Diretoria Estatutária	
	2019	2018
Remuneração (a)	1.146	932
Benefícios de curto prazo (b)	43	61
Benefícios - Previdência privada	96	71
Total	1.285	1.064

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

Em relação à Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 8.3.1), o montante relativo à diretores estatutários da Companhia, estimado no resultado de 2019, é de R\$146 (R\$124 em 2019). Os montantes estimados apenas serão considerados como remuneração da diretoria estatutária neste quadro quando da efetiva outorga das ações da controladora.

9 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2019
Depósitos judiciais	20.1	5.195	885	(85)	(927)	(1.072)	3.996
Outros cauções		125					125
Total Não Circulante		5.320	885	(85)	(927)	(1.072)	4.121

10 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 94% da exposição ao *Generation Scaling Factor* - GSF é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante de R\$2.253 (R\$2.794 em 31 de dezembro de 2018), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no exercício de janeiro de 2016 a fevereiro de 2024, de acordo com o Despacho ANEEL nº 243 de 28 de janeiro de 2016. No exercício foram amortizados R\$541 (R\$541 em 2018).

11 Adiantamentos a fornecedores e de clientes

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamento a fornecedores - EDP Comercializadora	10.611	12.664	8.459	17.757
Adiantamento de clientes - Beta Comercializadora	10.613	12.664	8.459	17.757

O Adiantamento a fornecedores é decorrente de contrato de compra de energia no ACL junto à EDP Comercializadora, firmado em novembro de 2018, cujo fornecimento ocorrerá entre janeiro de 2019 a dezembro de 2021.

O Adiantamento de clientes é decorrente de contrato de venda de energia no ACL junto à Beta Comercializadora, firmado em novembro de 2018, cujo fornecimento ocorrerá entre janeiro de 2019 a dezembro de 2021.

12 Outros créditos – Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outros créditos - Ativo					
Dispêndios a reembolsar		2			
Serviços prestados a terceiros		15	167		
Ressarcimento de custos - RGR		48	837		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8			55	
Despesas pagas antecipadamente		58	240		11
Outros		212	529	8	21
Total		335	1.773	63	32

Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Folha de pagamento		106	354		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8	594	582	1.849	762
Arrendamentos e aluguéis	12.1	702		44	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.2	2.677	2.597		
Outros		7	8		108
Total		4.086	3.541	1.893	870

12.1 Arrendamentos e aluguéis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 (Nota 2.7.1), a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

Passivos de arrendamento	Saldo em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Adições	Pagamentos	Juros e Atualização Monetária	Transferên- cias	AVP	Baixas	Reversão	Saldo em 31/12/2019
Circulante										
Edifícios	-	1.121		(875)	66	991			(1.272)	31
Equipamentos de informática	-	59		(26)				(33)	-	-
Veículos	-	394		(167)	79	350	15			671
Total Circulante	-	1.574	-	(1.068)	145	1.341	15	(33)	(1.272)	702
Não circulante										
Edifícios	-	1.080	264		17	(991)	150		(489)	31
Equipamentos de informática	-	50						(50)		-
Veículos	-	363				(350)				13
Total Não circulante	-	1.493	264	-	17	(1.341)	150	(50)	(489)	44
Total	-	3.067	264	(1.068)	162	-	165	(83)	(1.761)	746

Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	Edifícios		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
Circulante				
2020	25	7,87%	618	8,28%
Juros embutido	6		53	
Total	31		671	
Não Circulante				
2021	27	8,26%		
Juros embutidos	4		13	
Total	31		13	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	769	746
PIS/COFINS potencial (9,25%)	71	69

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 13).

12.2 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, revogada pela Resolução ANEEL nº 691/15, regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados à concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do contrato, todos os bens e instalações vinculados à usina hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

13.1 Composição do imobilizado

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		1		1		1		1
Reservatórios, barragens e adutoras	2,55	45.654	(26.494)	19.160	2,55	45.654	(25.928)	19.726
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,06	21.592	(15.671)	5.921	3,03	21.092	(15.441)	5.651
Máquinas e equipamentos	3,18	233.428	(65.909)	167.519	3,15	232.107	(58.676)	173.431
Veículos	14,29	100	(41)	59	14,29	100	(26)	74
Móveis e utensílios	6,25	688	(43)	645				-
		301.463	(108.158)	193.305		298.954	(100.071)	198.883
Administração								
Máquinas e equipamentos	16,03	840	(98)	742	6,25	39	(5)	34
Veículos	14,29	252	(41)	211	14,29	243	(6)	237
Móveis e utensílios	23,29	36	(7)	29				-
		1.128	(146)	982		282	(11)	271
Atividades não vinculadas à concessão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3	93	(8)	85	3	93	(5)	88
		93	(8)	85		93	(5)	88
Transmissão								
Terrenos				-				-
Edificações, obras civis e benfeitorias				-				-
Máquinas e equipamentos				-				-
Veículos				-				-
Móveis e utensílios				-				-
		-	-	-		-	-	-
Total do Imobilizado em serviço		302.684	(108.312)	194.372		299.329	(100.087)	199.242
Ativos de direito de uso (Nota 13.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	67	703	(354)	349				-
Veículos	50	757	(378)	379				-
Total Ativos de direito de uso		1.460	(732)	728		-	-	-
Imobilizado em curso								
Geração		4.638		4.638		6.210		6.210
Administração						136		136
Total do Imobilizado em curso		4.638	-	4.638		6.346	-	6.346
Total Imobilizado		308.782	(109.044)	199.738		305.675	(100.087)	205.588

13.1.1 Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) (Nota 2.7.1). As principais características dos contratos estão descritas

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) à sede da Companhia localizada em São Paulo; (ii) ao escritório administrativo da Companhia localizado no Espírito Santo; e (iii) à locação de imóveis para diretores.
- **Veículos:** Refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

13.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificações	Cisão	Valor líquido em 31/12/2019
Imobilizado em serviço									
Terrenos	1								1
Reservatórios, barragens e adutoras	19.726				(566)				19.160
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.739			500	(233)				6.006
Máquinas e equipamentos	173.465			2.122	(7.326)				168.261
Veículos	311			9	(50)				270
Móveis e utensílios	-			724	(50)				674
Total do Imobilizado em serviço	199.242	-	-	3.355	(8.225)	-	-	-	194.372
Ativos de direito de uso									
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	2.201	264		(355)			(1.761)	349
Equipamentos de informática	-	109			(34)	(75)			-
Veículos	-	757			(378)				379
Total Ativos de direito de uso	-	3.067	264	-	(767)	(75)	-	(1.761)	728
Imobilizado em curso									
Reservatórios, barragens e adutoras	1.649						(1.649)		-
Edificações, obras civis e benfeitorias	33			(500)			467		-
Máquinas e equipamentos	4.314		1.832	(2.122)			(629)		3.395
Adiantamento a fornecedores	79					(79)			-
Outros	271		46	(733)			1.659		1.243
Total do Imobilizado em curso	6.346	-	1.878	(3.355)	-	(79)	(152)	-	4.638
Total do Imobilizado	205.588	3.067	2.142	-	(8.992)	(154)	(152)	(1.761)	199.738

14 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

14.1 Composição do intangível

	31/12/2019				31/12/2018			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	448	(339)	109	20,00	392	(308)	84
Direito de concessão - Licenças ambientais	50,00	402	(193)	209		68	(68)	-
		850	(532)	318		460	(376)	84
Administração								
Software	20,00	879	(168)	711	20,00	589	(11)	578
		879	(168)	711		589	(11)	578
Transmissão								
Software				-				-
Servidão permanente				-				-
Direito de concessão - Licenças ambientais				-				-
Direito de concessão - Infraestrutura				-				-
Direito de concessão - Outros				-				-
		-	-	-		-	-	-
Total do Intangível em serviço		1.729	(700)	1.029		1.049	(387)	662
Intangível em curso								
Administração		2.926		2.926		219		219
Total do Intangível em curso		2.926	-	2.926		219	-	219
Total do Intangível		4.655	(700)	3.955		1.268	(387)	881

14.2 Movimentação do intangível

	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Amortizações	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2019
Intangível em serviço						
Software	662		345	(187)		820
Direito de concessão - Licenças ambientais	-		334	(125)		209
Total do Intangível em serviço	662	-	679	(312)	-	1.029
Intangível em curso						
Outros intangíveis em curso	219	3.234	(679)		152	2.926
Total do Intangível em curso	219	3.234	(679)	-	152	2.926
Total Intangível	881	3.234	-	(312)	152	3.955

15 Fornecedores

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Suprimento de energia elétrica (*)	15.1	12.017	2.121
Encargos de uso da rede elétrica		527	406
Operações CCEE	23.1.2		3.146
Materiais e serviços	15.2	6.435	2.358
Total		18.979	8.031

(*) O valor total de garantias de compras de energia é de R\$1.517 em 31 de dezembro de 2019.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

15.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício é decorrente da realização de operações envolvendo as empresas do grupo EDP - Energias do Brasil nos seguintes fatores: recomposição e venda de lastro.

15.2 Materiais e serviços

O aumento no exercício refere-se, principalmente, a aquisição de sirenes para atendimento do Plano Ações Emergenciais (PAE) na Barragem e a aquisição de *software* para atendimento a área de Operação e Manutenção (O&M).

16 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Segue abaixo a movimentação dos dividendos no exercício:

	Dividendos					31/12/2019
	31/12/2018	Propostos	Adicionais	JSCP	Pagamentos	
Passivo						
EDP - Energias do Brasil	7.788	11.827	39.285	8.992	(47.073)	20.819
Total	7.788	11.827	39.285	8.992	(47.073)	20.819

Dividendos adicionais do exercício de 2018

Foi aprovada em AGO, realizada em 29 de abril de 2019, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$127.463, sendo: (i) R\$1.714 como Constituição de Reserva de Legal; (ii) R\$27.302 como Reserva de Incentivo Fiscal; (iii) distribuição de dividendos no valor total de R\$98.477. Deste montante, JSCP no valor bruto de R\$9.162, sendo R\$7.788 líquido de Imposto de renda, pagos em 27 de agosto de 2019; R\$50.000 foram contabilizados e pagos no decorrer do exercício de 2018 e R\$39.285 foram contabilizados na data da referida AGO, sendo pagos integralmente no decorrer do exercício de 2019.

JSCP

Em 23 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2019 no montante bruto de R\$10.579, sendo R\$8.992 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

17 Debêntures

As debêntures são demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Em 20 de abril de 2016 a Companhia realizou sua 2ª emissão de debêntures, junto ao agente fiduciário Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., no valor de R\$54.000, com vencimento em abril de 2020 e custo da emissão de CDI+2,65% a.a., cujo o objetivo era o reforço de capital de giro e refinanciamento do endividamento da companhia.

Em 25 de junho de 2019 a Companhia liquidou antecipadamente as referidas debêntures pelo montante de R\$21.979.

17.2 Movimentação das debêntures do exercício

	Valor líquido em 31/12/2018	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante						
Principal	21.600	(32.400)		10.800		-
Juros	537	(1.760)	1.223			-
Custo de transação	(90)			(14)	104	-
	<u>22.047</u>	<u>(34.160)</u>	<u>1.223</u>	<u>10.786</u>	<u>104</u>	<u>-</u>
Não circulante						
Principal	10.800			(10.800)		-
Custo de transação	(14)			14		-
	<u>10.786</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.786)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados.

A contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano, conforme legislação vigente e regulamento do plano.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Assistência médica e seguro de vida	456	557	13.939	13.214
Contribuição definida	9	5		
	<u>465</u>	<u>562</u>	<u>13.939</u>	<u>13.214</u>

18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

São administrados pela EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrados no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos nos regulamentos.

Durante o exercício de 2018, a Companhia realizou a retirada do patrocínio dos planos de suplementação de aposentadoria e pensão, geridos pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos, liquidando de forma antecipada todas suas obrigações correspondentes aos mesmos.

18.1.1 Plano de Benefício definido e Contribuição variável

• Plano Escelsos II estruturado na modalidade de Contribuição variável (vigente para adesões até 1º de novembro de 2006 e administrado pela EnerPrev): O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano. É um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição variável, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, se for essa a escolha do participante, é que o plano previdenciário pode passar a ser do tipo Benefício definido e, portanto, gerando responsabilidade atuarial à Companhia. O participante pode escolher também a opção de renda financeira, não gerando responsabilidade atuarial para a Companhia.

18.1.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas utilizando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade do Tesouro IPCA+ (antiga NTN-B) com *duration* similar a do benefício, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazo, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2019 demonstrou que, nos Planos do tipo Benefício definido, o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se superavitário.

18.1.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Ativo reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(93)	206	(98)	15
Custo do serviço corrente	(4)			(4)
Custo dos juros	(9)	17	(10)	(2)
Ganhos/(perdas) atuariais	54			54
Contribuições pagas pela Companhia		(27)		(27)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>(51)</u>	<u>113</u>	<u>(59)</u>	<u>3</u>

As contribuições da Companhia esperadas para o exercício de 2020 são de R\$27.

18.1.1.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	Escelsos II
Circulante	
2020	<u>1</u>
	<u>1</u>
Não Circulante	
2021	1
2022	2
2023	2
2024	3
2025 a 2029	<u>18</u>
	<u>26</u>
Total	<u><u>27</u></u>

18.1.1.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2019	2018
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		4	4
Custo dos juros	24	2	5
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado		6	9
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido			
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)		82	(14)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		(81)	(16)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		27	12
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido		(15)	(8)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		13	(26)
Total		19	(17)

18.1.1.5 Classes de ativos

As principais classes de ativos do plano estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Mercado ativo	31/12/2019	31/12/2018
		Alocação %	Alocação %
Títulos de dívida	Cotado	85,58%	87,80%
Ações	Cotado	13,41%	11,08%
Imóveis	Cotado	1,01%	1,12%
Total		100,00%	100,00%

No exercício de 2019, os títulos de dívida incluíam debêntures emitidas pela patrocinadora que, avaliados pelo valor justo, representavam o montante de R\$18.

Para o exercício de 2019, dentre os investimentos realizados em ações, encontram-se ações da controladora EDP - Energias do Brasil avaliadas no montante de R\$10.

18.1.1.6 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2019	2018
	Escelsos II	Escelsos II
Participantes ativos	8	11
Total	8	11

18.1.1.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	Escelsos II
Pressupostos Centrais	51
Taxa de desconto	
Aumento em 0,5%	47
Redução em 0,5%	55
Mortalidade	
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	50

18.1.1.8 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

Econômicas	2019	2018
	Escelsos II	Escelsos II
Taxa de desconto - nominal	7,56% a.a.	9,83% a.a.
Crescimentos salariais futuros	4,90% a.a.	5,40% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	4,03% a.a.	4,52% a.a.
Inflação médica de longo prazo		
Inflação	4,03% a.a.	4,52% a.a.
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927

18.1.2 Plano de Contribuição Definida

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia contribuiu no exercício com R\$292 (R\$249 em 2018).

Esses planos em 31 de dezembro de 2019 tem a adesão de 33 colaboradores (47 em 31 de dezembro de 2018).

18.2 Planos de Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido

Os planos apresentam cobertura vitalícia com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, cobertura correspondente a 50% do piso salarial da Companhia.

18.2.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

Em 01 de março de 2019, a Companhia iniciou o processo de alteração do Plano de Benefício Definido, a partir da troca do operador do plano de Assistência Médica, o qual utiliza a modalidade de operação (catalogada pela ANS – Agência Nacional de Saúde) sob a forma de cooperativa médica, ao invés da modalidade de seguradoras especializadas em saúde utilizada pelo antigo operador.

O modelo de cooperativa apresenta uma rede própria de médicos e infraestrutura médica, alterando, portanto, a disponibilidade de especialidades médicas diretas, hospitais, exames e acesso. A migração foi finalizada em 01 de maio de 2019, sendo que os efeitos da alteração, que se enquadram como custo do serviço passado no montante de R\$2.797 (Notas 18.2.2 e 23.2), tiveram seu reconhecimento classificado no resultado do exercício corrente.

Tal classificação e reconhecimento estão em conformidade com o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, que requer que na ocorrência de evento que possa ser julgado como uma redução, alteração ou liquidação de plano de benefício, a entidade deva mensurar o custo do serviço passado a partir da avaliação do valor líquido do passivo de benefício definido, utilizando o valor justo dos ativos e premissas atuariais correntes que reflitam os benefícios oferecidos em conformidade com o plano e os ativos do plano antes e após a identificação do eventos.

Nesse sentido, à luz da norma, o custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante da modificação do plano (encurtamento/*curtailment*), devendo ser reconhecido no resultado no exercício em que ocorrer, uma vez que não estavam admitidos ou previstos nas premissas atuariais anteriores, e tampouco se tratam de serviços já prestados.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2019 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

18.2.2 Movimentação dos passivos atuariais

	Valor presente das obrigações
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(13.771)
Custo do serviço corrente	(88)
Custo dos juros	(1.209)
Custo do serviço passado	2.797
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(2.582)
Benefícios pagos pela Companhia	458
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>(14.395)</u>

O efeito de custo do serviço passado no montante de R\$2.797, apurada na avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2019, foi decorrente da alteração do benefício de plano médico, o qual passa a ser não mais operado por fornecedor sob o modelo de seguradora, mas sob a forma de cooperativa, onde o operador possui uma rede própria de médicos e infraestrutura médica, impactando, portanto, a disponibilidade de especialidades médicas diretas, hospitais, e exames. Ademais, esta mudança também gera a alteração do modelo de gestão, com novas regras de acesso aos procedimentos médicos. Conforme o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, o custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido resultante da alteração ou redução do plano (encurtamento/*curtailment*), devendo ser reconhecido no resultado do exercício em que ocorrer tal evento.

A perda atuarial de R\$2.582 no valor presente das obrigações, apurada na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2019, foi decorrente, principalmente, da redução da taxa de desconto e as alterações dos planos médicos (Nota 21.4).

O saldo de perda atuarial, líquido de imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2019 é de R\$5.212 (R\$3.508 em 31 de dezembro de 2018).

18.2.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	Assistência Médica e Seguro de Vida
Circulante	
2020	456
	<u>456</u>
Não Circulante	
2021	498
2022	571
2023	600
2024	687
2025 a 2029	4.695
	<u>7.051</u>
Total	<u>7.507</u>

18.2.4 Despesas líquidas

Os efeitos da revisão das avaliações atuariais reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	Nota	2019	2018
Custo do serviço			
Custo do serviço corrente		88	72
Custo dos juros	24	1.209	1.596
Custo do serviço passado		(2.797)	
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado		(1.500)	1.668
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido			
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência		(1.102)	(4.168)
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras		3.684	986
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes		2.582	(3.182)
Total		1.082	(1.514)

18.2.5 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	2019			2018		
	Assistência Médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados	Assistência Médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Participantes ativos	6		28	6		30
Participantes assistidos						
Aposentados e pensionistas	46	22		54	26	
Total	52	22	28	60	26	30

18.2.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tábua de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

	Assistência Médica e Odontológica	Benefícios a Aposentados	Seguro de Vida
Pressupostos Centrais	13.038	239	1.179
Taxa de desconto			
Aumento em 0,5%	12.177	204	1.086
Redução em 0,5%	13.991	280	1.283
Mortalidade			
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	13.627	244	1.161

18.2.7 Premissas

As principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais foram as seguintes:

	2019		
	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Econômicas			
Taxa de desconto - nominal	7,56% a.a.	7,56% a.a.	7,56% a.a.
Crescimentos salariais futuros	n/a	n/a	n/a
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	4,03% a.a.	4,03% a.a.
Inflação médica de longo prazo	10,27% a.a. em 2020, reduzindo linearmente para 6,11% a.a. até 2028	n/a	n/a
Inflação	4,03% a.a.	4,03% a.a.	4,03% a.a.
Fator de envelhecimento	3,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas			
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	n/a	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1
	2018		
	Assistência médica	Seguro de vida	Outros benefícios a aposentados
Econômicas			
Taxa de desconto - nominal	9,83% a.a.	9,83% a.a.	9,83% a.a.
Crescimentos salariais futuros	n/a	n/a	5,4% a.a.
Crescimento dos planos de benefícios	n/a	4,52% a.a.	4,52% a.a.
Inflação médica de longo prazo	10,79% a.a. em 2019, reduzindo linearmente para 6,61% a.a. até 2028	n/a	n/a
Inflação	4,52% a.a.	4,52% a.a.	4,52% a.a.
Fator de envelhecimento	3,50% a.a.	n/a	n/a
Demográficas			
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	n/a	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

19 Encargos regulamentares e setoriais

	Nota	Saldo em 31/12/2018	Adições	Atualização monetária	Pagamen- tos	Transferên- cias	Saldo em 31/12/2019
Quota de reserva global de reversão - RGR	12 e 22	240	4.365		(3.455)	(788)	362
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	22	789	2.692		(2.852)		629
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	19.1 e 22	3.044	3.408	121	(5.072)		1.501
Outros encargos		48	590		(587)		51
Total		4.121	11.055	121	(11.966)	(788)	2.543
Circulante		3.661					2.543
Não Circulante		460					-
Total		4.121					2.543

19.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

20 Provisões

	Nota	31/12/2019	Não circulante	
			31/12/2019	31/12/2018
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outras	20.1		5.834	7.964
Licenças ambientais	20.2	143	76	
Total		143	5.910	7.964

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

20.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

20.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Passivo					Ativo		
	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Baixas		Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2019	Depósito judicial	
			Pagamen- tos	Reversões			31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	7.134	2.098	(2.880)	(1.806)	152	4.698	3.531	3.914
Cíveis	830	77			155	1.062		
Fiscais	-	3	(7)		4	-		
Outros	-	95		(21)		74		
Total Não circulante	7.964	2.273	(2.887)	(1.827)	311	5.834	3.531	3.914

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$1.233 em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.420 em 31 de dezembro de 2018).

20.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

20.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Ativo			
	Depósito judicial (Nota 9)			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	652	716	383	379
Cíveis	3.015	25.285		
Fiscais	1.299	1.275		
Total	4.966	27.276	383	379

20.1.2.1 Cíveis

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/13, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interpôs recurso especial. As contrarrazões foram protocoladas pela APINE em 04 de maio de 2017. O recurso da União não foi admitido, tendo a ação transitada em julgado em 03 de junho de 2019. O processo encontra-se encerrado, não havendo em 31 de dezembro de 2019, valores a serem considerados (R\$21.282 em 31 de dezembro de 2018).

20.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2019 é de R\$82 (R\$902 em 31 de dezembro de 2018).

20.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 8,5% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de até 10 anos desde a última obtenção, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foi de R\$2.309. Deste montante, R\$122 referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$2.187 são relativos a gastos com proteção e recuperação de solos, águas subterrâneas, superficiais e atividades de gestão e proteção do ambiente em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2018	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2019
Circulante	-	249	(122)	4	17	(5)	143
Não circulante	-	98		2	(17)	(7)	76
Total	-	347	(122)	6	-	(12)	219

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$48.205 (R\$48.205 em 31 de dezembro de 2018). A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Acionista	31/12/2019		31/12/2018	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
EDP - Energias do Brasil	48.204.767	100,00%	48.204.767	100,00%
Demais acionistas	3	0,00%	3	0,00%
Total	48.204.770	100,00%	48.204.770	100,00%

21.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) constituição de reserva de incentivos fiscais, pelo montante determinado na apuração dos tributos relacionados;
- (iii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
- (iv) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Lucro a ser destinado:			
Lucro líquido apurado no exercício		111.186	127.463
Prejuízos acumulados		(17)	
Lucro líquido ajustado		111.169	127.463
Constituição da reserva legal - 5%	21.3.1		(1.714)
		<u>111.169</u>	<u>125.749</u>

Destinação do lucro:			
Dividendos intermediários - JSCP	16	10.579	9.162
Dividendos intermediários	16		50.000
Dividendos propostos a deliberar		FALSO	FALSO
Reserva de Incentivo Fiscal - SUDENE	21.3	27.893	27.302
Lucro do exercício a deliberar	21.3	<u>60.870</u>	<u>39.285</u>
		<u>99.342</u>	<u>125.749</u>

Dividendos por ação - R\$ - JSCP		0,21946	0,23115
Dividendos por ação - R\$ - Dividendos intermediários			1,26148

21.3 Reservas

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Reservas de lucros			
Legal	21.3.1	9.641	9.641
Retenção de lucros			127
Lucro do exercício a deliberar	21.2 e 21.3.2	60.870	39.285
Incentivos fiscais	21.3.3	126.632	98.595
		<u>197.143</u>	<u>147.648</u>
Total		<u>197.143</u>	<u>147.648</u>

21.3.1 Reserva legal

A Reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, representada por 5% do lucro líquido antes de qualquer outra destinação, não excedente à 20% do capital social.

21.3.2 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

21.3.3 Incentivos fiscais

A Reserva de incentivos fiscais foi constituída por incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluída da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 (Nota 25.1).

21.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme as regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2018	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2019
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(5.314)	1.232	(3.827)		(7.909)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.806			883	2.689
	<u>(3.508)</u>	<u>1.232</u>	<u>(3.827)</u>	<u>883</u>	<u>(5.220)</u>

22 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

	Nota	MWh (*)		R\$	
		2019	2018	2019	2018
Suprimento de energia elétrica	22.1	2.774.797	1.317.466	483.770	265.773
Energia de curto prazo	22.2	204.280	172.480	42.976	50.086
Outras receitas operacionais				94	176
Receita operacional bruta		2.979.077	1.489.946	526.840	316.035
(-) Deduções à receita operacional					
PIS/COFINS				(48.733)	(29.233)
P&D	19			(3.408)	(2.661)
RGR	19			(4.365)	(2.851)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hidricos - CFURH	19			(2.692)	(3.576)
Outros encargos				(590)	(517)
				(59.788)	(38.838)
Receita		2.979.077	1.489.946	467.052	277.197

(*) Não auditado pelos auditores independentes

22.1 Suprimento de energia elétrica

A variação deve-se ao aumento do volume de energia vendida quando comparado ao exercício de 2018 substancialmente, para a EDP Comercializadora (Nota 8).

22.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício é decorrente das operações de venda de energia em função da sobra de lastro energético que a Companhia detinha em 2018.

23 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2019					Total
		Custo do serviço			Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	23.1	311.026					311.026
Encargos de uso da rede elétrica		5.519					5.519
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.2		12.779		956		13.735
Material			1.193		128		1.321
Serviços de terceiros	23.3		3.286		4.241		7.527
Depreciação - Imobilizado em serviço			5.489		2.668		8.157
Depreciação - Ativos de direito de uso					752		752
Amortização			166		146		312
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						446	446
Arrendamentos e aluguéis	23.4		112		64		176
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						(2)	(2)
Outras		156	747		957	(8)	1.852
		156	23.772	-	9.912	436	34.276
Total		316.701	23.772	-	9.912	436	350.821

	Nota	2018					Total
		Custo do serviço			Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	Outras	
Energia elétrica comprada para revenda	23.1	84.939					84.939
Encargos de uso da rede elétrica		5.555					5.555
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.2		11.743		1.906		13.649
Material			676		176		852
Serviços de terceiros	23.3		2.765		3.816		6.581
Depreciação - Imobilizado em serviço			5.273		2.642		7.915
Amortização			16		27		43
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas						876	876
Arrendamentos e aluguéis			63		1.413		1.476
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						(7)	(7)
Outras		106	701		808	1.955	3.570
		90.600	21.237	-	10.788	2.824	125.449
Total		90.600	21.237	-	10.788	2.824	125.449

23.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2019	2018
Contratos de compra de energia por quantidade	23.1.1	317.277	40.580
Energia de curto prazo	23.1.2	33.372	64.939
Outros		(1.901)	(1.363)
(-) Ressarcimentos CCEE		(6.020)	(10.559)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(31.702)	(8.658)
Total		<u>311.026</u>	<u>84.939</u>

23.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação no exercício é decorrente de compra de energia para constituição de lastro, com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, decorrente dos efeitos do GSF.

23.1.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício de 2019, é decorrente da compra de energia para constituição de lastro no ano de 2018, com intuito de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, em função do efeito do fator GSF (*Generation Scaling Factor*).

23.2 Pessoal e Administradores

	2019	2018
Pessoal		
Remuneração	7.619	6.724
Encargos	2.520	2.501
Previdência privada - Corrente	422	356
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	4	6
Despesas rescisórias	692	348
Participação nos lucros e resultados - PLR	1.384	1.068
Outros benefícios - Corrente	1.972	1.404
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	88	71
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial - Custo do serviço passado	(2.797)	
	<u>11.904</u>	<u>12.478</u>
Administradores		
Honorários e encargos	1.410	970
Benefícios dos administradores	421	201
	<u>1.831</u>	<u>1.171</u>
	<u>13.735</u>	<u>13.649</u>

23.3 Serviços de terceiros

	2019	2018
Serviços de consultoria	1.390	1.233
Serviços de manutenção	1.719	1.449
Serviços de limpeza e vigilância	686	676
Serviços ambientais	491	331
Serviços de informática	971	858
Serviços de telecomunicações	265	141
Serviços de transporte	369	411
Serviços Compartilhados	1.339	995
(-) Crédito de PIS/COFINS	(159)	(139)
Outros	456	626
	<u>7.527</u>	<u>6.581</u>

23.4 Arrendamentos e aluguéis

O montante registrado em Arrendamentos e aluguéis refere-se aos arrendamentos que não foram contemplados pelo CPC 06 (R2) devido as isenções opcionais.

24 Resultado financeiro

	Nota	2019	2018
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		1.985	1.533
Energia vendida		688	1.273
Depósitos judiciais	9	(85)	987
Juros e multa sobre tributos	5	3.006	368
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(341)	(252)
Outras receitas financeiras		130	88
		<u>5.383</u>	<u>3.997</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Debêntures	17.2	(1.327)	(5.237)
Juros e multa sobre tributos	5	(11)	(3)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1.1	(311)	(1.625)
Benefícios pós-emprego	18.1.1.2 e 18.2.	(1.211)	(1.601)
Arrendamentos e aluguéis	12.1	(327)	
Outros juros e variações monetárias		(5)	
Outras despesas financeiras		(389)	(291)
		<u>(3.581)</u>	<u>(8.757)</u>
Total		<u>1.802</u>	<u>(4.760)</u>

25 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2019	2018
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		118.033	146.988
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		(40.131)	(49.976)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Doações		(5)	(17)
Juros sobre o capital próprio		3.597	3.116
Outras		(142)	(78)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	25.2	8.633	(14)
Incentivos fiscais			
SUDENE	25.1	21.061	27.302
Outras		140	142
Despesa de IRPJ e CSLL		(6.847)	(19.525)
Alíquota efetiva		5,80%	13,28%

25.1 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

Em 22 de dezembro de 2009, a Energest obteve junto à SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/09, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2009.

Em razão dos investimentos de repotenciação e modernização ocorridos na UHE Mascarenhas a partir de 2008, foi concedido pela SUDENE a renovação do incentivo fiscal para os anos calendários de 2015 à 2024.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício e registrada, a partir da conta de Lucros Acumulados, em Reserva de Incentivos Fiscais, de acordo com o CPC 07 (R1) – Subvenções e Assistências Governamentais e Lei nº 11.638/07. Em atendimento ao que determina a Portaria 2091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta o benefício, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

25.2 Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores

Do montante de R\$8.633 os principais ajustes são: (i) R\$7.069 decorrente do recálculo do benefício da SUDENE; e (ii) R\$1.129 decorrente de benefício fiscal proveniente de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, referente ao exercícios de 2017 e 2018.

26 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2019	2018
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	111.186	127.463
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	48.205	45.348
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	2,30652	2,81077

27 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

27.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras		Nível 2	33.372	18.079	33.372	18.079
			<u>33.372</u>	<u>18.079</u>	<u>33.372</u>	<u>18.079</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	1.021	986	1.021	986
Concessionárias	4	Nível 2	37.006	25.507	37.006	25.507
Cauções	9	Nível 2	125	125	125	125
Outros créditos - Partes relacionadas	12	Nível 2	19.125	30.421	19.125	30.421
			<u>57.277</u>	<u>57.039</u>	<u>57.277</u>	<u>57.039</u>
			<u>90.649</u>	<u>75.118</u>	<u>90.649</u>	<u>75.118</u>
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	15	Nível 2	18.979	8.031	18.979	8.031
Debêntures	17	Nível 2		32.971		32.833
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	12	Nível 2	2.443	1.344	2.443	1.344
Arrendamentos e aluguéis	18.1	Nível 2	746		746	
			<u>22.168</u>	<u>42.346</u>	<u>22.168</u>	<u>42.208</u>
			<u>22.168</u>	<u>42.346</u>	<u>22.168</u>	<u>42.208</u>

27.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

27.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

27.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

27.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

27.2 Gestão de riscos

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP – Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Companhia.

O Comitê de Risco é composto por 3 “*Risk Officers*” separados por natureza dos riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

A área de Gestão de Riscos realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades, além disso, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, foram segregadas as funções de Compliance e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos da EDP - Energias do Brasil, foi criada uma nova diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

27.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

27.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Saldo de exposição	Aging cenário provável			Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
		Risco	Até 1 ano	2 a 5 anos					
Aplicação financeira - CDB	CDI	33.372	270		270	67	133	(67)	(134)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	125	6	9	15	4	8	(4)	(8)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	33.497	276	9	285	71	141	(71)	(142)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e está alinhado com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou intervalos entre 4,1% e 6,4% a.a..

27.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros	31/12/2019				31/12/2018	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total
Fornecedores	15.868	2.609	502		18.979	8.031
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			594	1.849	2.443	1.344
Debêntures					-	32.833
Arrendamentos e aluguéis	59	117	526	44	746	-
	15.927	2.726	1.622	1.893	22.168	42.208

27.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 94% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio (Nota 10).

27.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contrato de energia no ACR.

• Caixa e Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL, ARSP-ES etc.) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

27.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

28 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

28.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	2019						
	Nota	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Efeito não caixa			Saldo em 31/12/2019
				Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	16	7.788	(47.073)			60.104	20.819
Debêntures	17	32.833	(34.160)			1.327	-
Arrendamentos e aluguéis	21.1	-	(1.068)	162	165	1.487	746
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		40.621	(82.301)	162	165	62.918	21.565
	2018						
	Nota	Saldo em 31/12/2017	Efeito caixa	Efeito não caixa	Saldo em 31/12/2018		
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos		3.504	(82.352)	86.636	7.788		
Debêntures		91.263	(63.667)	5.237	32.833		
Acionistas não controladores							
Capital social		39.636		8.569	48.205		
		134.403	(146.019)	100.442	88.826		
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		134.403	(146.019)	100.442	88.826		

28.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2019	2018
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	20.819	7.788
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado, intangível e ativos da concessão	347	
Aumento de capital com integralização de reservas		8.569
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	1.487	
Total	22.653	16.357

29 Compromissos contratuais e Garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2019			31/12/2018	
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					74
Obrigações de compra					
Compra de Energia	10.480	7.259			17.739
Materiais e serviços	9.853	6.665	879	4	17.401
Prêmio de risco - GSF			900	2.671	3.571
Juros Vincendos de Debêntures					2.369
Total	20.333	13.924	1.779	2.675	38.711

(*) Os compromissos contratuais referidos no quadro acima compreendem os contratos de arrendamentos e aluguéis que não foram contemplados no escopo do CPC 06 (R2) e, portanto, não encontram-se registrados nestas demonstrações financeiras.
Do montante de R\$60.173 em 31 de dezembro de 2018, R\$3 referiam-se a valores de arrendamento devido a Companhia ter adotado a abordagem prospectiva.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2019, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2019			31/12/2018	
	2020	2021 a 2022	2023 a 2024	A partir de 2025	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais					76
Obrigações de compra					
Compra de Energia	10.163	7.601			17.764
Materiais e serviços	9.853	5.172	740	4	15.769
Prêmio de risco - GSF			1.224	4.184	5.408
Juros Vincendos de Debêntures					2.356
Total	20.016	12.773	1.964	4.188	38.941

(*) Do montante de R\$64.140 em 31 de dezembro de 2018, R\$66 referiam-se a valores de arrendamento devido a Companhia ter adotado a abordagem prospectiva.

29.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Seguro de vida	Aval de acionista	9.622	9.865
		9.622	9.865

Os valores em garantia de Fornecedores (Nota 15) e Provisões (Nota 20), estão demonstrados em suas respectivas notas.

30 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Usinas	241.692	200.000	241.692	120.000
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	863	863	863	863
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	9.621 (*)		9.865 (*)	

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.



A Companhia possui seguro patrimonial das usinas onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.190;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$193.210; e
- (iv) Responsabilidade Civil de Riscos Cibernéticos, com cobertura de até R\$4.110.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice Presidente

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Maria Clara Fonseca de Oliveira Maia e Castro
Conselheira

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor

Vitor Hugo Alexandrino da Silva
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6